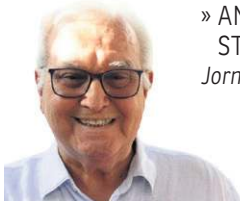


A primeira vítima



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Há um livro clássico sobre o exercício do jornalismo em tempo de guerra. Seu título é *A primeira vítima*, do autor inglês Phillip Knightley, publicado em 1978 pela editora Nova Fronteira. É um ótimo trabalho de pesquisa, recomendável para quem gosta de estudar a ação dos jornalistas em momentos tumultuados. O autor não alivia: em tempo de guerra, a primeira vítima é a verdade. Nos dias de hoje, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, dá razão ao autor. Ele diz e desdiz, dia após dia, o que ocorre na sua guerra contra o Irã.

No primeiro momento, a imprensa dos Estados Unidos anunciou que a defesa do adversário estava destruída. Depois, os jornais verificaram que a realidade não era aquela. Em seguida, os jornais foram obrigados a reconhecer que o dispositivo nuclear daquele país está preservado. Trump anunciou o desaparecimento de um império, em referência à Pérsia, ofereceu sucessivos prazos para que o conflito terminasse. E não aconteceu nada. O Estreito de Ormuz continua fechado. O preço do barril de petróleo, que é a única expressão da verdade, persiste muito elevado.

No livro, Phillip Knightley conta a história de magnata da imprensa norte-americana que enviou seu melhor repórter para cobrir a guerra em Cuba, no século 19. O repórter desembarcou e procurou a guerra. Não encontrou nada.

Preocupado, entrou em contato com o chefe para informar que não havia nada parecido com conflito naquele país. O chefe respondeu: “Faça seu trabalho, a guerra eu providencio”. Esse exemplo é muito elucidativo dos problemas atuais da relação do Brasil com os Estados Unidos. O governo de Washington não gosta de Luiz Inácio Lula da Silva. Não é segredo para ninguém. A turma que está no poder é direita radical, inclusive na sua versão religiosa. Além disso, eles se julgam donos do mundo por decisão divina e porque possuem o mais poderoso exército do planeta.

Não há contencioso entre Brasília e Washington, mas o governo dos Estados Unidos está tentando de todas as formas providenciar a guerra comercial. Usa e abusa de falsidades e meias verdades para alcançar seu objetivo. É importante ressaltar que a América do Sul é área desconhecida nos Estados Unidos. Segundo o americano médio, todos no continente falam espanhol, como os mexicanos, que constituem o retrato do latino naquele país. A noção comum é de um Brasil onde animais selvagens andam soltos nas ruas, fugidos das grandes florestas, mas existem boas praias e mulheres lindas, com biquínis mínimos. Não fazem ideia de que o país está entre as 10 maiores economias do mundo. E tem um Produto Interno Bruto maior que o da Rússia ou do Canadá.

A ignorância é proposital. O Brasil não consta das preocupações imediatas da política externa do grande irmão do Norte. Não foi sempre assim. Quando, na Segunda Guerra Mundial, os nazistas estiveram perto de conquistar o norte da África, o comando militar dos Estados Unidos se apressou em negociar com Getúlio Vargas. Fizeram concessões importantes: construíram os aeroportos das capitais

brasileiras do Norte e do Nordeste, a maior base norte-americana fora da Europa em Natal, além de conceder financiamento e tecnologia para a construção da siderúrgica de Volta Redonda. Já no governo JK, os gringos foram contra o plano de metas e a transferência da capital. No governo Geisel, manifestaram seu desagrado com a política externa brasileira que apoiou a independência de Angola e Moçambique. Naquele período, o governo brasileiro rompeu o acordo militar em vigor desde o final da grande guerra.

Donald Trump e sua turma criam obstáculos com objetivo de sobretaxar produtos brasileiros no mercado interno norte-americano. Naturalmente, seus negociadores retiraram da lista produtos que são importantes para eles, como café, suco de laranja, carnes e aviões — os da Embraer fazem sucesso lá. É uma negociação estranha, porque não se fundamenta em nenhum fato. Os Estados Unidos, para espanto de qualquer negociador isento, mantêm confortável superávit na relação comercial com o Brasil.

Na verdade, o pessoal da Casa Branca quer se infiltrar na eleição brasileira para prejudicar Lula e favorecer Flávio Bolsonaro. A diplomacia brasileira, que é experiente, está diante de problema quase insolúvel. Não há controvérsias para serem resolvidas. Existe uma questão política e ideológica. Trump invadiu a Venezuela, sequestrou Nicolás Maduro. Fez a guerra contra o Irã, isolou Cuba, mas terá dificuldades em proceder da mesma maneira contra o Brasil. O país é muito grande para se tornar mais um estado norte-americano. O tempo tende a ficar ruim nas relações entre os dois países até a realização da eleição no Brasil. E, se Lula vencer o pleito, pode piorar, porque Marco Rubio, o cubano ressentido, trabalha para suceder Donald Trump.



Mulheres negras fora da curva e os diferentes enfrentamentos



» MARIA CONCEIÇÃO LOPES FONTOURA
Doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), representa a Fundação Cultural Palmares na Região Sul

Enquanto estudante de letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na década de 1970, aprendi latim, língua da qual se originaram outras tantas, entre as quais a língua portuguesa. Ao escrever esse texto, lembrei da expressão latina “pluralia tantum”. Palavras enquadradas nessa categoria são utilizadas somente no plural. Inexiste equivalência no singular. Ser fora da curva é ter características excepcionais, significa destacar-se por seus feitos. A presença de pluralidade, embora o vocábulo esteja grafado no singular, aparece em diferentes enfrentamentos às iniquidades presentes na sociedade brasileira.

Epistemicídio, genocídio e feminicídio são substantivos comuns escritos no singular, entretanto demonstram abundância. A filósofa e doutora Sueli Carneiro ressalta que o pensamento de pessoas negras é alvo de ataque e tentativa de desconstrução da potência e da veracidade daquilo que formula. A intelectual, na obra *Minidicionário*, assevera: “Através do epistemicídio — que é uma forma de sequestro, rebaixamento ou assassinato da razão —, as pessoas negras são anuladas enquanto sujeito do conhecimento e inferiorizadas intelectualmente ...”

Os enfrentamentos às diferentes tentativas de apagamento fazem parte do cotidiano de mulheres negras fora da curva. A matemática

racista resiste à divisão dos espaços de brilho. É fundante lembrar que pessoas africanas e afro-brasileiras labutaram em todo o país, mesmo em estados de baixa presença negra. Santa Catarina é considerado o estado mais branco da Federação, entretanto conheceu mulheres excepcionais. Uma delas é Antonieta de Barros, que foi eleita, em 1934, a primeira deputada negra do estado de Santa Catarina e do Brasil, professora e jornalista, que instituiu o Dia do Professor no estado de Santa Catarina, defendeu a igualdade racial e os direitos das mulheres.

O estado catarinense tem outra marca negra potente. A rodoviária de Florianópolis recebeu o nome de Rita Maria. Mulher negra popular da cidade, filha de pessoas escravizadas. Ela viveu no final do século 19 e início do 20. Destacou-se por abrigar, oferecer comida a pessoas carentes e realizar benzeduras. A grandeza dessas mulheres negras possivelmente não faz parte do conhecimento do atual governador do estado barriga verde e de deputados estaduais. O mandatário estadual sancionou lei proposta pela Assembleia Legislativa vetando o Programa de Ações Afirmativas em instituições estaduais de educação superior. A Assembleia e o governador cometem epistemicídio ao não honrar Antonieta de Barros, defensora de educação inclusiva.

Estado vizinho, Rio Grande do Sul tem várias mulheres negras fora da curva, entre as quais destaque Luíza Helena de Bairros, intelectual e ativista da causa negra brasileira. Viveu muitos anos na Bahia e ocupou cargo no governo estadual. Nacionalmente foi secretária, com status de ministra, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, tendo

sido signatária, junto com a presidenta Dilma Rousseff, da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2013, que introduziu o Programa de Ações Afirmativas para ingresso em Instituições Federais de Ensino, e da Lei. nº 12.990, de 9 de junho de 2014, que inseriu a reserva de vagas para pessoas pretas em concursos públicos na Administração Pública Federal.

Recentemente, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, através da professora Dra. Martha Rosa Figueira Queiroz, na condição de curadora, recolheu material e registra a caminhada pública de Luíza Helena de Bairros na *Exposição Lentes e Voz — Memória Viva da Luta Feminista e Negra no Brasil*.

Ao falar dessas mulheres, lembramos da frase celebrizada da escritora Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar, mas nós combinamos de não morrer”. Mulheres negras fora da curva resistem às mortes física e intelectual e, independentemente de títulos acadêmicos, destacamos todas as mulheres que, ao longo dos tempos, vêm construindo o Brasil desde o século 16, quando raptadas de África, aportam no país e o constroem socioeconômica e culturalmente.

As descendentes dessas potências forjaram, nos últimos anos, duas Marchas Potentes, envolvendo os 26 estados e o Distrito Federal. A primeira ocorreu em 2015 com a presença de cerca de 50 mil participantes e a outra aconteceu em 2025, com 300 mil mulheres bradando contra o racismo e a violência, exigindo direito à reparação, ao bem-viver e propondo, na agenda de lutas, que espaços de representação, no próximo período eleitoral, tenham mais mulheres negras. Axé, salve e viva às mulheres negras fora da curva!

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha, // circecunha@gdabrc.com.br



O Pix nosso de cada dia

Poucas inovações produzidas pelo Estado brasileiro alcançaram, em tão pouco tempo, o grau de aceitação popular obtido pelo Pix. Criado pelo Banco Central e lançado oficialmente em novembro de 2020, o sistema de pagamentos instantâneos alterou hábitos de consumo, transformou relações comerciais e modificou profundamente a circulação de recursos dentro da economia nacional. Em menos de cinco anos, tornou-se um dos instrumentos financeiros mais utilizados do planeta, superando modalidades tradicionais de transferência bancária e reduzindo significativamente a dependência do dinheiro em espécie. Muito além de uma ferramenta tecnológica, o Pix representa uma mudança estrutural na forma como pessoas, empresas e governos movimentam recursos. A rapidez das operações, a disponibilidade durante 24 horas por dia e a eliminação de diversas tarifas bancárias fizeram com que a modalidade se popularizasse entre todas as camadas sociais.

Dados do Banco Central mostram que mais de 170 milhões de pessoas e empresas têm chaves cadastradas no sistema. O número de transações supera dezenas de bilhões de operações anuais, movimentando trilhões de reais. Em determinados períodos, em quantidade de operações, o Pix ultrapassou cartões de débito, boletos bancários, TEDs e DOCs somados. O sucesso do sistema não ocorreu por acaso. Durante décadas, transferir dinheiro no Brasil significava enfrentar tarifas elevadas, horários restritos e burocracias diversas. Operações simples, muitas vezes, exigiam deslocamentos físicos até agências bancárias ou dependiam de sistemas lentos e caros. A chegada do Pix eliminou grande parte dessas barreiras. Pequenos comerciantes talvez tenham sido os maiores beneficiários. Antes obrigados a suportar custos relacionados a maquininhas de cartão, taxas de antecipação de recebíveis e prazos para recebimento de valores, passaram a contar com uma ferramenta de liquidação imediata e custo praticamente inexistente.

Em feiras livres, pequenos mercados, salões de beleza, oficinas mecânicas, vendedores ambulantes e milhares de outros negócios espalhados pelo país, o Pix tornou-se a principal forma de pagamento. Dinheiro que antes demorava dias para chegar ao caixa passou a circular instantaneamente. Essa velocidade tem reflexos importantes sobre a economia. Quanto mais rápido o dinheiro circula, maior tende a ser a atividade econômica. Trata-se de um ganho de eficiência raramente observado em sistemas financeiros tradicionais. Outro aspecto relevante é a inclusão financeira. Milhões de brasileiros que tinham acesso limitado aos serviços bancários passaram a participar mais intensamente do ambiente digital de pagamentos. O telefone celular transformou-se numa verdadeira carteira eletrônica, capaz de realizar operações a qualquer hora e em qualquer lugar.

O fenômeno chamou a atenção internacional. Diversos bancos centrais e instituições financeiras passaram a estudar o modelo brasileiro. Países como Índia, Singapura e outros mercados emergentes já têm sistemas semelhantes, mas o grau de adesão alcançado pelo Pix colocou o Brasil entre as principais referências globais em pagamentos instantâneos. Por essa razão, parece improvável imaginar um retrocesso significativo nesse sistema. Quando uma tecnologia alcança tamanho grau de aceitação popular, sua permanência passa a depender muito mais da vontade dos usuários do que das instituições que a cercam. O mercado tende a consolidar aquilo que funciona.

Nesse contexto, surgem debates envolvendo interesses econômicos distintos. O Pix reduziu receitas obtidas anteriormente por meio de tarifas bancárias, transferências eletrônicas e determinados serviços financeiros tradicionais. Naturalmente, mudanças dessa magnitude alteram estruturas consolidadas há décadas. Instituições financeiras tiveram de adaptar seus modelos de negócios. Algumas passaram a investir em novos produtos digitais. Outras ampliaram serviços complementares. O mercado respondeu com inovação. Afinal, tecnologias que aumentam eficiência costumam deslocar receitas de setores tradicionais para novas áreas da economia.

Nos EUA, por exemplo, o sistema financeiro ainda opera fortemente apoiado em cartões, transferências convencionais e estruturas privadas de pagamento. Embora existam iniciativas de pagamentos instantâneos, nenhuma alcançou, até o momento, o grau de universalização observado no Brasil. Especialistas do setor observam que modelos como o Pix pressionam estruturas tradicionais de cobrança. Isso não significa necessariamente oposição institucional ao sistema brasileiro, mas evidencia a existência de interesses econômicos afetados pela mudança tecnológica.

Outro aspecto frequentemente debatido diz respeito à eventual cobrança de tarifas sobre operações realizadas por pessoas físicas. Até o momento, a ampla aceitação do Pix está diretamente associada à simplicidade e ao baixo custo para os usuários. Qualquer alteração significativa nesse equilíbrio poderia encontrar resistência social considerável. A experiência internacional mostra que sistemas financeiros bem-sucedidos costumam crescer justamente quando reduzem atritos para os consumidores.

Em poucos anos, o Pix tornou-se parte integrante da vida econômica nacional. Não se trata apenas de uma ferramenta bancária. Tornou-se infraestrutura básica de funcionamento do comércio, dos serviços e das relações financeiras cotidianas. Quando isso acontece, dificilmente uma inovação desaparece. Ela tende, ao contrário, a se expandir e servir de modelo para outros sistemas ao redor do mundo.

» A frase que foi pronunciada

O Pix uniu direita e esquerda.

Dona Dita, enquanto cria nova chave

» História de Brasília

O Ministério da Fazenda elaborou um esquema para o emprego de 400 milhões pela Prefeitura do Distrito Federal. (Publicado em 20/5/1962)